

Política

Vinte e nove anos depois

GERALDO FORBES

Em 1960, antes dessa brincadeira de se dar título de eleitor a crianças, a gente ganhava o direito de votar apenas aos dezoito. Assim, por apenas dois meses, dei de participar na última eleição presidencial. Só agora, com quase quarenta e sete anos de brasilidade e vinte e seis de contribuinte, vou, finalmente, poder votar em um candidato a presidente da República.

Peço desculpas por introduzir esse lado pessoal no artigo, mas se o faço é para chamar a atenção para um dos vários aspectos positivos dessa festa, com que vamos, muito apropriadamente, comemorar os cem anos de República. A volta do voto.

Nesses últimos meses não faltaram críticas (inclusive aqui) às regras eleitorais, aos candidatos, aos partidos e aos políticos, às interferências ilegítimas do empresariado e do governo. Agora, o jogo já está feito e não adianta chorar. Adianta é aprender as lições para o futuro. E não custa reconhecer que, mal ou bem, estamos andando, depois de uma longa e tenebrosa paralisia.

Se os candidatos são fracos, se entre tantos só são razoáveis um ou dois deles, esse é um lado ruim da realidade. Há entretanto o lado bom: não há candidato militar ou candidato das Forças Armadas e estas não interferiram na campanha. Está certo que isto é apenas como devia ser, mas o fato é que nunca, desde 1889 até 1989, foi assim. É um extraordinário avanço que temos de reconhecer, até para preservá-lo e evitar qualquer retrocesso.

Ai alguém poderia dizer: sim, não houve pressões militares mas houve manipulações dos donos do poder e, entre estes, principalmente dos donos de estações de rádio e televisão. É difícil discordar deste argumento, mas é também difícil de imaginar uma situação, em qualquer tempo e lugar, em que os grupos dominantes concedam graciosamente as suas posições.

O que se pode criticar, e as críticas são justas e úteis para as futuras mudanças e aperfeiçoamento na legislação, é o abuso do poder econômico e o abuso do poder de comunicação, que adulteram a vontade do eleitor.

As condições de acesso aos meios de comunicação e ao financiamento de campanha têm de ser mais equânimes, tanto quanto tem de ser dificultado o aproveitamento da popularidade de artistas e esportistas na política, como se esta fosse uma simples continuação de sua carreira profissional.

A utilização do rádio e da televisão para os fins políticos e afins de seus proprietários é uma questão muito complexa, e de tão difícil, quanto necessária equação. O Congresso Nacional, a maioria de cujos membros é hoje dona dessas máquinas de votos, vai ter de regular a matéria. É complicado, mas ou a sociedade controla as grandes redes, ou estas controlarão a sociedade.

Quanto às contribuições clandestinas, este é um problema de polícia e de fiscalização tributária, pois os fundos saem do "caixa 2" das empresas. Não deixem de ser também um reflexo da hipocrisia legal, que fixa limites ridículos para os gastos de campanha, e uma decorrência da falta de partidos estruturados e de ausência do sistema de eleições por distritos.

Mas há outros ensinamentos a se tirar desta eleição. Um importante: seu resultado mostrará uma clara opção do eleitorado pelo novo, mesmo se no ver de muitos, entre os quais esta coluna, ele tenha confundido novo com novidade e se iludido com as faces jovens, manobradas pelo velho ou representantes do obsoleto.

Pode acontecer um outo Jânio? Sim, é até provável, mas no momento, entretanto, importa é ressaltar essa inegável propensão do eleitorado pelos candidatos que lhe pareceram desligados das velhas estruturas. Mostra como o País, apesar das dificuldades, está vivo e disposto a mudar. E essa esperança de mudanças é também um mandato, que não poderá ser traído pelo próximo presidente, sob pena de perda de apoio e de confiança.

Qualquer que seja o eleito, este também terá de levar em conta os 70% de eleitores que vão preferir outros candidatos no primeiro turno. Um profundo realinhamento de forças políticas será necessário e o enterro de muitos dinossauros e partidos é outra realidade.

O PFL acabou de vez, o PDS e o PTB quase, e o PMDB, agora sob o comando do surpreendente governador Quéricia, encolheu. O PT, o PSDB e o PC continuam vivos, na medida de suas forças. Brizola não sendo eleito, em pouco acabará o PDT, e em torno de Collor, se vitorioso, vão se aglomerar os salvados do incêndio em um novo Centrão. Essa reorganização ficará mais cristalizada nas eleições de governadores e congressistas em novembro de 1990.

Isto facilitará nossa transição para o parlamentarismo, cuja necessidade, esta eleição e mais os cem anos de presidencialismo — ou ditadura — tornaram evidentes. O presente modelo está superado e, se não fosse o arbitrio, a passagem para o regime parlamentar já se teria dado. E agora, quanto mais cedo vier, melhor.

Foi também a ditadura que afastou os homens bons da política deixando-a entregue a carcomidos e a aventureiros. Outro motivo de contentamento é saber que dia 15 de novembro estaremos enterando este quarto de século de tutela e seu trágico rabicho.

Se o eleito vai ser o nosso eleito, é menos importante do que haver eleição. A mediocridade dos candidatos é parte da pesada herança do arbitrio, mas se o eleito não for o candidato de nossos sonhos — e onde está ele e onde está o sonho unânime? — a culpa não é da democracia. Tudo isto é um reflexo do país que temos. Esta é a nossa realidade. É dura, mas mutável.

Dai ao país que queremos falta muita coisa. Estamos em plena crise, a maior de todas, que já se abateu sobre nós no curso de nossa história. Não é admirável, porém, que nestas circunstâncias estejamos indo tão ordeiramente às urnas? É isto que temos que ver e por isto temos de nos alegrar — enfim, um certo respeito à democracia.

Se a eleição da próxima quarta-feira marca o fim de uma era, é também o começo de outra. Com todos os seus defeitos, manipulações e mentiras será uma eleição livre. E a crise, além de econômica, institucional, social, educacional, etc. e tal é, por ser tanta coisa, sobretudo política. Não será solucionada por passe de mágica ou só por causa da eleição e posse de um novo presidente. Mas certamente o passo inicial é necessário para a sua solução é este que finalmente daremos dia 15 de Novembro — a retomada do poder pela cidadania e o recomeço da República.

Viva, leitor, a República. Vá às urnas com alegria, orgulho e responsabilidade. Toda a luta, apesar dos pesares, valeu a pena. O voto é seu, a escolha é sua, é seu, de volta, o seu país.

É assim, e só assim, é que o futuro será nosso. E será.

Geraldo Forbes é membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP